

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	26
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	27
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	28
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	30
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	31
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	32
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	33
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000
Preferenciais	0
Total	10.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	15.077.648	18.120.782
1.01	Ativo Circulante	14.316.413	17.620.601
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.553.664	2.928.986
1.01.03	Contas a Receber	11.742.923	14.674.816
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.744	15.993
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	82	806
1.02	Ativo Não Circulante	761.235	500.181
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	175.441	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	175.441	0
1.02.01.10.03	Títulos e Valores	120.000	0
1.02.01.10.04	Adiantamentos	55.441	0
1.02.02	Investimentos	5.537	40.134
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.537	40.134
1.02.03	Imobilizado	580.257	460.047

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	15.077.648	18.120.782
2.01	Passivo Circulante	384.432	291.472
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	163.451	115.599
2.01.02	Fornecedores	61.629	28.138
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.963	13.322
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	65.000	22.957
2.01.05	Outras Obrigações	80.389	111.456
2.02	Passivo Não Circulante	15.142.410	18.043.346
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.037.310	15.938.246
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	119.167	0
2.02.01.02	Debêntures	12.918.143	15.938.246
2.02.02	Outras Obrigações	2.105.100	2.105.100
2.03	Patrimônio Líquido	-449.194	-214.036
2.03.01	Capital Social Realizado	10.000	10.000
2.03.02	Reservas de Capital	1.000	1.000
2.03.04	Reservas de Lucros	2.000	2.000
2.03.04.01	Reserva Legal	2.000	2.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-462.194	-227.036

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	353.831	934.398	173.009	602.837
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-16.453	-45.257	-8.656	-32.010
3.03	Resultado Bruto	337.378	889.141	164.353	570.827
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-538.167	-1.634.591	-540.034	-1.688.684
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-598.649	-1.684.073	-540.034	-1.661.319
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	60.482	49.482	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	-27.365
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-200.789	-745.450	-375.681	-1.117.857
3.06	Resultado Financeiro	196.490	510.292	256.512	1.001.547
3.06.01	Receitas Financeiras	222.183	597.647	269.979	1.198.295
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.693	-87.355	-13.467	-196.748
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.299	-235.158	-119.169	-116.310
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	0	-1.389
3.08.01	Corrente	0	0	0	-1.389
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.299	-235.158	-119.169	-117.699
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-4.299	-235.158	-119.169	-117.699

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-4.299	-235.158	-119.169	-117.669
4.03	Resultado Abrangente do Período	-4.299	-235.158	-119.169	-117.669

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-450.172	-285.962
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-450.172	-284.574
6.01.03	Outros	0	-1.388
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-156.482	96.791
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	231.332	2.747.589
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-375.322	2.558.418
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.928.986	235.660
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.553.664	2.794.078

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	3.000	0	-227.036	0	-214.036
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	3.000	0	-227.036	0	-214.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-235.158	0	-235.158
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-235.158	0	-235.158
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	3.000	0	-462.194	0	-449.194

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	3.000	0	-109.294	0	-96.294
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	3.000	0	-109.294	0	-96.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-117.699	0	-117.699
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-117.699	0	-117.699
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.000	3.000	0	-226.993	0	-213.993

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	983.880	575.472
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	983.880	575.472
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-862.752	-783.125
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-862.752	-783.125
7.03	Valor Adicionado Bruto	121.128	-207.653
7.04	Retenções	-70.869	-36.549
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-70.869	-36.549
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	50.259	-244.202
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	597.647	1.198.295
7.06.02	Receitas Financeiras	597.647	1.198.295
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	647.906	954.093
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	647.906	954.093
7.08.01	Pessoal	493.638	601.724
7.08.01.01	Remuneração Direta	493.638	601.724
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	146.967	160.761
7.08.02.03	Municipais	146.967	160.761
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	242.459	309.307
7.08.03.03	Outras	242.459	309.307
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-235.158	-117.699
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-235.158	-117.699

Comentário do Desempenho**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05**

Cascavel-PR, 15 de novembro de 2021.

Aos acionistas da

CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Em Atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa AJCA Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 30 de setembro de 2021, e não prestou desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.*Diretor Presidente
Ricardo Prestes Mion*

Notas Explicativas**CAPITALE**
SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 30 de setembro de 2021.****1) Contexto Operacional**

A Capitale Securitizadora de Crédito S.A, é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 28 de outubro de 2011, tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. Os possíveis riscos de não liquidação destas operações, são de responsabilidade dos investidores em sua totalidade.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, foram autorizadas pelo conselho de administração em 15 de novembro de 2021.

1.1 Impactos do Covid-19

Desde o dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia. O surto provocado pela contaminação de COVID-19, que evoluiu e continua evoluindo, gerando impacto nas atividades globais. Tendo em vista as avaliações da Emissora, informamos que, até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não observamos eventos e impactos financeiros relevantes dentro das operações destas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****2) Riscos**

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macro sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja em 2021 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos em 2021, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05**

suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

Notas Explicativas**CAPITALE**
SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****3) Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita**i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05**

dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições**i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes

Notas Explicativas**CAPITALE**
SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05**

(15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 60.000 por trimestre e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 30 setembro de 2021 e não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou

Notas Explicativas**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05**

outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**CAPITALE**
SEURITIZADORA DE CRÉDITO S.A**CAPITALE SEURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****4.14 Eventos subsequentes**

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários à vista	2.553.664	916.706
Aplicações Financeiras	-	2.012.280
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.553.664	2.928.986

6) Direitos creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto

Notas Explicativas



CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Direitos Creditórios a Receber	20.634.982	20.460.916
Devedores por adiantamento	(15.734)	-
(-) Créditos Vencidos e não liquidados	(683.481)	(683.481)
(-) Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.192.844)	(5.102.619)
Total de Direitos Creditórios a Receber	11.742.923	14.674.816

Os Direitos Creditórios a Receber possui uma diferença não identificada apontada pela auditoria conforme quadro abaixo e que será resolvida durante o exercício de 2021.

Descrição	Saldo Contábil	Relatório Financeiro	Diferença
Direitos Creditórios a Receber	20.627.067	20.788.165	161.098

- b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

	A vencer	Vencidos
até 30 dias	6.006.541	242.434
31 e 60 dias	1.895.259	212.758
61 e 90 dias	577.301	250.129
91 e 120 dias	611.575	206.830
121 e 150 dias	174.985	157.680
151 a 180 dias	213.927	611.042
acima 181 dias	759.294	8.876.325
(PECLD)	-	(8.876.325)
Total Geral	10.238.882	1.680.873
		11.919.755

Notas Explicativas



CAPITAL SEURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

A Previsão Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosas (PECLD) é classificada de acordo com os títulos vencidos em período superior a 180 dias, até o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para seu recebimento, sendo que não há expectativa de liquidação, de acordo com a Lei 13.097/2017, Art. 8º., § 7º, em consonância com o CPC 38.

Os demais créditos vencidos a mais de 181 dias não se enquadram nas hipóteses mencionadas acima, tendo a Companhia destinado esforços a conseguir renegociar a dívida para com os devedores.

7) Imobilizado

Imobilizado: A conta “Imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	30/09/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação	Residual	Saldo
Equipamentos de informática	10%	93.489	(19.159)	74.330	78.518
Moveis e Utensílios	10%	14.400	(4.428)	9.972	11.052
Terrenos e imóveis		130.460	-	130.460	205.460
Veículos	20%	380.000	(14.505)	365.495	165.017
Total do Imobilizado		618.349	(38.092)	580.257	460.047

8) Obrigações trabalhistas e sociais

A conta “obrigações trabalhistas e sociais” se refere as obrigações trabalhistas que a Companhia assume diante da contratação de funcionários e seu labor, bem como seus encargos sociais fruto das atividades. As obrigações relatadas estão dispostas da seguinte forma:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
INSS a pagar	14.040	25.262
FGTS a pagar	2.881	2.700
Salários a pagar	30.176	28.375
Pró-Labore a pagar	1.958	3.720
Provisão de Férias e encargos	79.254	55.542
Provisão de 13º salário e encargos	35.142	-
Total de obrigações trabalhistas e sociais	163.451	115.599

Notas Explicativas



CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

9) Receitas a realizar

A rubrica “Receitas a realizar” está disposta da seguinte forma:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Juros a apropriar	2.105.100	2.105.100
Total de Receitas a Realizar	2.105.100	2.105.100

10) Títulos e valores mobiliários

No dia 30 do mês de maio de 2012, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 1ª emissão privada de debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), realizada em série única, com prazo de subscrição de no máximo de 24 (vinte e quatro meses) contados a partir da data de sua emissão. Ao primeiro dia do mês de agosto a companhia aprovou o 2º aditamento ao instrumento particular da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária, alterando o item 12, informando que as debêntures farão jus a remuneração variável (prêmio de reembolso), calculado pelo prêmio de compra da carteira lastro, deduzida a taxa de intermediação e administração de carteira da emissora estipulada de 1,0% (um por cento) ao mês, individualizada em cada operação de cessão de crédito para fins de securitização.

No dia 24 do mês de setembro de 2013, a companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 2ª emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 150 (cento e cinquenta) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) perfazendo o montante de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), realizada em série única. As debêntures desta emissão vencerão no prazo de 240 meses, contados a partir da data da emissão. Ao primeiro dia do mês de agosto a companhia aprovou o 1º aditamento ao instrumento particular da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária, alterando o item 12, informando que as debêntures farão jus a remuneração variável (prêmio de reembolso), calculado pelo prêmio de compra da carteira lastro, deduzida a taxa de intermediação e administração de carteira da emissora estipulada de 1,0% (um por cento) ao mês, individualizada em cada operação de cessão de crédito para fins de securitização.

No dia 23 do mês de agosto de 2017, a companhia realizou ata de reunião do conselho de administração deliberando e aprovando: a) O terceiro aditamento do

Notas Explicativas



CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

instrumento particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples e b) O Segundo Aditamento do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples alterado o item 12 - Base de remuneração, da cláusula III – Do título e sua emissão item este que passou a vigorar, em ambos aditamentos a partir de 01 de agosto do ano corrente, com a seguinte redação: “**12) BASE DE REMUNERAÇÃO:** A partir de 01 de setembro de 2017 as debêntures farão jus a remuneração variável (prêmio de reembolso), calculado pelo prêmio de compra da carteira lastro, deduzida a taxa de intermediação e administração de carteira da emissora estipulada de 0,70% (sete décimos por cento) ao mês, individualizada em cada operação de cessão de crédito para fins de securitização.”

No dia 10 de fevereiro de 2020, a companhia realizou a ata de reunião do Conselho de Administração deliberando e aprovando a 3ª (terceira) emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 200 (duzentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) perfazendo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em série única. As debêntures vencerão no prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, contados a partir da data da emissão.

Descrição	Série	30/09/2021	31/12/2020
1ª emissão	Única	3.876.158	3.876.159
Remuneração 1ª emissão	Única	8.133.573	6.805.832
2ª emissão	Única	4.090.370	5.731.096
Remuneração 2ª emissão	Única	5.010.884	4.627.778
(-) Provisão para perdas com debêntures	-	(8.192.842)	(5.102.619)
Total de obrigações com Debêntures		12.918.143	15.938.246

11) Patrimônio líquido

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo totalmente integralizado, representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 22º, § 1º, letra (a) do estatuto social da companhia.

AFAC

A companhia obteve o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em adiantamento para futuro aumento de capital, a fim de liquidar obrigações pré-operacionais, sendo que esse valor será convertido em aumento de capital.

Notas Explicativas



CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 15.229.110/0001-05

Prejuízos acumulados

O saldo atual da conta de prejuízos acumulados é de R\$ 462.196,07 (quatrocentos e sessenta e dois mil e cento e noventa e seis reais e sete centavos), sendo que a expectativa é que esse saldo seja revertido ao decorrer do exercício corrente.

12) Resultado operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	30/09/2021	30/09/2020
Receitas operacionais	889.141	570.827
Receita de Securitização	753.867	399.207
Receita de Prestação de Serviços	180.531	203.630
(-) PIS sobre Receitas	(6.073)	(3.918)
(-) COFINS sobre Receitas	(37.376)	(24.113)
(-) ISQN sobre Receitas	(1.808)	(3.979)
Despesas operacionais	(1.684.073)	(1.661.319)
Despesas gerais e administrativas	1.684.073	(1.661.319)
Resultado operacional líquido	(794.932)	(1.090.492)

13) Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição	30/09/2021	30/09/2020
Receitas Financeiras	597.647	1.198.295
Descontos obtidos	12.154	305
Juros Recebidos	404.852	655.172
Receita Financeira de Sec.	164.873	505.858
Receita de Aplicação Financeira	6.422	40.216
Recuperação de despesas	9.346	(3.256)
Despesas Financeiras	(87.355)	(196.748)
Juros pagos	(5.875)	(52.624)
Descontos concedidos	(17.111)	(75.249)
Remuneração de debêntures	(25.227)	-
Despesas bancárias	(39.142)	(68.875)
Resultado financeiro líquido	510.292	1.001.547

Notas Explicativas**CAPITALE**
SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A****CNPJ: 15.229.110/0001-05****14) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos de créditos a receber e debêntures a pagar, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos creditórios a receber (nota 6): os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 10): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 30 de setembro de 2021;

Cascavel - PR, 15 de novembro de 2021.

Ricardo Prestes Mion
Diretor Presidente

Arceu Lorenzo
Contador
CRC PR 020661/O-1

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A empresa declara que não há comentários sobre o comportamento das Projeções Empresarias.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia declara que não há outras informações consideradas relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
CAPITALE SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A
Cascavel - PR

Revisamos as informações contábeis intermediárias correspondentes, individuais da Capitale Securitizadora de Crédito S.A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), que compreende o balanço patrimonial referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de nove meses findos naquela data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – “Demonstração Intermediária” e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão das informações contábeis intermediárias correspondentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – “Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade” e – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Conforme divulgado na Nota Explicativa 6, identificamos divergência em títulos receber no valor de R\$ 161.098,02, as quais distorcem as demonstrações financeiras de 30/09/2021. A Companhia afirma que ainda não dispõe de informações suficientes para realizar uma estimativa confiável do montante dos valores a receber, em razão de implantação de novo sistema gerencial dos controles internos, sendo que os saldos implantados apresentaram divergências e se encontram em processo de conciliação, e que está envidando esforços para concluir os trabalhos o quanto antes. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias contábeis individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais, não temos conhecimento de fato que nos leve a acreditar que, as informações intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro - IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 16 de novembro de 2021.

AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC/PR – 005288/O-6
Antonio Justichechem
CRC/PR – 037.469/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A companhia declara que não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Cascavel - PR, 16 de novembro de 2021.

DIRETORIA

Ricardo Prestes Mion

Diretor Presidente e Relações com Investidores

Elaine Sarolli Mion

Diretora Vice-Presidente

João Valdir Pelison

Diretora Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento à Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 16 de novembro de 2021, referente ao período de 30 de setembro de 2021.

Cascavel - PR, 16 de novembro de 2021.

DIRETORIA

Ricardo Prestes Mion
Diretor Presidente e Relações com Investidores

Elaine Sarolli Mion
Diretor Vice-Presidente

João Valdir Pelison
Diretora Comercial